



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de anúncio da retomada das obras da Rodovia Fernão Dias e da recuperação de seis mil quilômetros de rodovias federais em todo o país

Pouso Alegre – MG, 18 de agosto de 2003

Meu caro companheiro Aécio Neves, governador do estado de Minas Gerais,
Meu companheiro ministro dos Transportes, Anderson Adauto,
Meu companheiro chefe da Secretaria Geral da Presidência da República,
senhor Luiz Dulci,

Meu companheiro secretário nacional de Direitos Humanos, companheiro
Nilmário Miranda,

Meu caro companheiro senador e líder do governo, Aloízio Mercadante,
Meu caro companheiro e senador Hélio Costa,
Meu caro prefeito de Pouso Alegre, Enéas Carine,
Excelentíssimo dom Ricardo Pedro Chaves Filho, arcebispo metropolitano de
Pouso Alegre,
Meus companheiros deputados estaduais,
Deputados federais,
Prefeitos e prefeitas do estado de Minas Gerais e, principalmente, do sul de
Minas Gerais,

Na verdade, quem devia estar no meu lugar era o companheiro José Alencar, ou estar junto comigo. Acontece que, por uma questão de segurança de Estado, nós temos que estar sempre separados. Mas eu fico imaginando a alegria que ele teria, neste momento, se estivesse aqui.

De qualquer forma, o companheiro José Alencar, que foi uma das figuras que mais lutaram pela construção dessa rodovia, sabe que eu o estarei representando, na medida do possível, junto aos companheiros do sul de Minas.



Por que somente agora nós tomamos a decisão de vir aqui, anunciar a retomada das obras, e não no começo do mandato? Nós só tomamos agora a decisão de terminar a Fernão Dias, porque nós só poderíamos vir aqui, anunciar, quando tivéssemos a certeza de que, quando as máquinas começarem a trabalhar, elas só irão parar quando a obra estiver terminada.

Não tem nada mais prejudicial a uma cidade, a um estado ou a uma nação do que as famosas obras que começam e nunca terminam. Há anos e anos, estradas, pontes, ferrovias, hidrovias, recuperações de rios são anunciadas na televisão. E, há anos e anos, a gente percebe que essas obras não são terminadas.

Eu, possivelmente, meu querido governador, tenha andado mais pela Fernão Dias do que muitos mineiros que não são do sul de Minas. Eu ia muito a Divinópolis, quando não era conhecido, ia muito a Varginha, a Monte Alegre do Sul e ia por Bragança Paulista; portanto, eu passava no famoso túnel da Fernão Dias e esperava horas. Eu vi muita gente morrer na Fernão Dias. Comigo mesmo aconteceu um acidente indo para Varginha, numa Brasília, com cinco companheiros, e ela capotou. A sorte é que não vinha nenhum caminhão, porque ela ficou com os “pneuzinhos” para cima.

Eu vi companheiros que jogaram bola comigo, em Monte Alegre do Sul e retornaram pela Fernão Dias e, no dia seguinte, nós fomos ao enterro dessa gente. E o último, agora, me parece que próximo da cidade de Campanha, foi o nosso querido companheiro dom Mauro Morelli, que está internado, até hoje, em São Paulo. Só por isso, essa obra precisava ser terminada, além do valor econômico que representa para o estado de Minas Gerais e além da integração que essa estrada faz no Brasil.

Eu dizia ao governador Aécio Neves que a Fernão Dias está para as rodovias brasileiras como o rio São Francisco está para a navegação do Nordeste. Poderíamos chamar a Fernão Dias de “São Francisco das rodovias brasileiras”, porque é uma estrada que faz a integração de Minas com o Brasil e do Brasil com o Mercosul. Portanto, é uma estrada que não tem explicação não ter sido terminada.



E todo mundo sabe que, quando se começa a fazer uma obra e a paralisa, quando se vai recomeçar sempre tem uma coisa a mais para fazer, que já conseguiu ser estragada.

Nós tomamos uma decisão, com os poucos recursos que temos, que a primeira coisa a fazer é recuperar as inúmeras rodovias brasileiras que estão totalmente deterioradas. Algumas têm mais buraco do que asfalto. Isso é muito grave, porque nós já gastamos o equivalente a 150 ou 160 bilhões de reais para fazer a nossa malha viária, ao longo do tempo. E, quando você faz uma malha viária dessa envergadura, a manutenção é tão importante quanto se fazer uma estrada nova. Às vezes, é até melhor não fazer uma nova, mas manter o que existe funcionando.

E o governador Aécio, embora seja jovem, tem muita experiência política. Ele sabe que isso acontece muito nas cidades brasileiras, nos governos dos Estados. Vira e mexe, você está vendo uma estrada, do lado, sem terminar, e o governo começa a fazer outra, o prefeito começa a fazer outra. Vira e mexe, você tem, em muitas cidades, um hospital que não está funcionando bem, mas o prefeito ou o governador, o Presidente da República começa a fazer outro, apenas com o objetivo de deixar a sua marca: “A obra começou com tal pessoa, não vale. O que vale é a minha obra.”

Enquanto a classe política pensar pequeno e agir dessa forma, porque não age com o dinheiro do bolso, o país vai ficando para trás, o país vai perdendo competitividade, o país deixa de andar.

Então, nós decidimos que duas obras eram importantes, depois da recuperação das estradas. Eram a Fernão Dias e a Régis Bittencourt. Essas duas estradas são extremamente importantes, pelo que representam economicamente, do ponto de vista do escoamento da nossa produção, mas também do ponto de vista da importância da economia, até com relação ao turismo.

Certamente – e não digo isso agora, dizia antes – o sul de Minas é uma região abençoada por Deus. E fico imaginando quantos turistas do Brasil virão



passar no sul de Minas Gerais quando essa estrada estiver duplicada, quanta gente virá comprar aqui um queijinho mineiro e uma goiabada, para fazer a sua sobremesa. E isso, obviamente, vai contribuir para ajudar na geração de empregos e na geração de riquezas do nosso país.

E a Régis Bittencourt, a mesma coisa. Nós temos, de Florianópolis, em Santa Catarina, até Osório, no Rio Grande do Sul, um trecho que custa muito caro. Mas muito mais caro vai custar a gente não decidir fazer aquele trecho, porque só a quantidade de argentinos que vêm, por ano, fazer turismo no Brasil, em alguns anos pagará os investimentos que fizermos.

É importante ter em conta que quem decide fazer trezentas obras não faz nenhuma. Estamos entregando ao Congresso Nacional – e os deputados e senadores terão a oportunidade de perceber – o Plano Plurianual. Poderíamos fazer como sempre foi feito no Brasil: contratam-se boas consultorias – e o Brasil tem muitas consultorias – e a consultoria faz o projeto que você quiser encomendar.

Consultoria, governador, é como parecer de advogado. Você pede um parecer para um advogado, nenhum advogado dá um parecer contrário a quem o contratou. Então, consultoria é isso. Ou seja, você pode pensar 800 obras, 900 obras, mas o dado concreto é que nós resolvemos mudar um pouco a lógica disso e fizemos 27 seminários, nos 27 estados da Federação. O que pensam os governadores dos Estados? O que que pensam os secretários de Infra-Estrutura? O que que pensam os prefeitos das principais cidades? Quais as obras que são prioritárias para aquele estado? É o Presidente da República quem determina ou é o próprio estado que tem que determinar?

Com base nisso, estamos definindo o nosso Plano Plurianual. Vamos fazer uma última revisão amanhã e vamos dar entrada no Congresso Nacional. Possivelmente, também, com a assinatura de todos os governadores, porque eu quero que os governadores sejam meus cúmplices nas coisas boas que eu vou fazer, porque coisas ruins eu não vou fazer. Então, eu quero que eles sejam cúmplices nas coisas boas.



E, aí, nós temos que definir. Se não temos dinheiro para fazer dez obras, nós temos que definir cinco. Mas temos que definir cinco, anunciar, começar e acabar.

Por exemplo, eu dizia ao Governador, agora há pouco: eu, esses dias, me debrucei – numa reunião com o Ministério das Cidades – para discutir o Plurianual sobre quatro grandes capitais brasileiras com metrô parados. Belo Horizonte tem um metrô num estágio avançado, paralisado. Recife tem um metrô em estágio avançado, paralisado. Salvador tem um metrô em estágio avançado, paralisado. E Fortaleza tem um metrô em estágio avançado, paralisado.

Cada um deles vai custar, no mínimo, 100 milhões para terminar. Cada um deles. Ora, se nós não temos dinheiro para fazer os quatro de uma vez, ao invés de ficarmos tentando agradar os governadores dando, a cada ano, 10 ou 15 milhões para colocar um tijolo a mais naquele metrô, é melhor escolher uma cidade, um metrô e acabar. Termina um. Pelo menos diz: “Olha, está terminado um metrô.”

E eu estou dizendo isso, Aécio, porque eu acho que o metrô de Belo Horizonte é o que está no estágio mais avançado, e acho que nós vamos ter que definir o pouco que temos, dar um jeito naquele metrô. Porque, se a gente não colocá-lo para funcionar, o que está pronto vai estragar. E, aí, teremos que refazer.

Então, nós vamos, com esse projeto, com esse Plano Plurianual, definir, claramente, a questão das rodovias. Depois, vamos definir a questão das ferrovias. Depois, vamos discutir a questão das hidrovias, a questão da energia elétrica e, aí, a questão do saneamento básico e habitação popular.

E vamos definir o que o Estado pode fazer. Quais são as obras que o governo federal pode fazer, com o recurso orçamentário? Quais são as obras que o BNDES pode financiar à iniciativa privada? Quais são as obras que o governo pode fazer, em parceria com os empresários nacionais? Depois, quais as obras em parcerias com as empresas multinacionais? E, por último, quais as obras que vamos oferecer para os empresários fazerem 100% delas?

E essa definição vai exigir o quê, de nós? Que a gente tenha, em primeiro lugar, um bom projeto. Porque é o bom projeto que arruma dinheiro, não é o dinheiro



que arruma projeto. Muitas vezes, dinheiro demais, sem projeto, arruma “trambicagem”, gente inventa obra, gente inventa estrada, gente inventa pontes.

Então, nós queremos, com esses projetos bem feitos, bem calculados, bem desenhados e bem discutidos, chamar os empresários e dizer: “Olhem, está aqui o projeto. Queremos saber se têm interesse. O governo está disposto a ser parceiro. Ou se tiverem interesse em fazer tudo, podem fazer, vamos discutir o marco regulatório.” O que não pode é o país ficar parado.

Vejam uma coisa: eu duvido que, no Brasil, tenha uma única capital brasileira que possa, hoje, resolver o problema do saneamento básico. Eu duvido. Fazer asfalto, água potável, colher o esgoto, tratar o esgoto e devolvê-lo como água boa. Eu duvido que alguma cidade de porte médio ou uma capital possa fazê-lo.

Então, nós precisamos ter consciência de que, se não temos dinheiro para fazer, temos que ter a sabedoria de chamar a iniciativa privada e desafiá-la a fazer o que o Estado não tem dinheiro para fazer. E, durante, quem sabe, 20 ou 20 e poucos anos, dependendo do acordo, ele vai receber por aquilo que fez.

Não temos o direito de ficar discutindo se isso é da responsabilidade do Estado e deixar o povo pisando em esgoto a céu aberto mais 20 anos ou deixando o povo beber água sem ser tratada por mais 15 ou 20 anos. A nossa responsabilidade é fazer. E vamos fazer.

Digo todo santo dia que só tenho quatro anos – agora, só tenho três anos e poucos meses – e a gente não tem tempo a perder. Vamos ter que fazer mais rápido do que os outros fizeram e vamos ter que demonstrar mais competência do que os outros demonstraram, porque tem uma coisa: não dá para a gente ficar chorando que não tem dinheiro. Temos que colocar a nossa criatividade para funcionar. Temos que procurar outros meios, porque, se a economia brasileira não voltar a crescer, nós nunca vamos ter o dinheiro que precisamos. E também governar com muito dinheiro é muito fácil.

Eu falo sempre assim: se o Brasil tivesse tudo maravilhoso, se todos os estados tivessem dinheiro, se todas as prefeituras tivessem muito dinheiro, se o



governo federal estivesse nadando em dinheiro, não seria eu o Presidente da República. Eu só estou Presidente da República porque o país chegou a um fundo do poço tão grande que o povo pensou: “Vamos colocar um peão, para ver se ele consegue resolver esse negócio”. Não foi por outra razão. E isso tem sido extraordinário, porque, quando a gente tem mais responsabilidade, a gente também pensa e conta até 10 cada vez que vai tomar uma decisão.

É por isso que nunca perguntei a que partido pertence Aécio Neves. Ele pode pertencer ao partido que ele quiser. O que eu quero é que tenhamos uma relação, como estamos tendo, muito menos preocupados com o que vai acontecer em 2006, ou, agora, em 2004, na disputa eleitoral, porque, em algum momento, nós, Presidente da República e governadores, estamos sendo provocados pela sociedade brasileira para pensarmos um pouquinho menos na gente e um pouco mais no povo brasileiro, e nos unirmos em torno dos grandes projetos deste país.

Não há, da minha parte, eu diria, nada que não me faça agradecer o comportamento que os governadores tiveram comigo até agora. Aliás, acho que até na política tributária é um direito dos governadores brigarem para que se mude alguma coisa. Eu disse, ontem, no “Fantástico”: o projeto que vai para votação é o projeto que eu e os governadores assinamos. Se vai sofrer mudança, ele vai sofrer mudança no processo, como sofreu a Previdência Social. Afinal de contas, o Congresso Nacional é uma Casa de negociação.

Se não fosse assim, seria autoritarismo o Presidente mandar um projeto e ninguém poder mexer. Nós queremos que mexam. A única coisa que nós queremos é que a razão pela qual estamos fazendo a reforma tributária seja intocável, ou seja, diminuir a carga tributária para o setor produtivo brasileiro, para as exportações, para que possamos dinamizar a economia brasileira.

Quero terminar dizendo ao povo de Minas Gerais, ao povo de Pouso Alegre e ao povo deste recanto fantástico do Brasil, que é o sul de Minas Gerais, que, se Deus quiser, em meados do próximo ano nós viremos aqui inaugurar definitivamente a Fernão Dias, para que possamos, então, nos preocupar com outra grande estrada



Presidência da República
Secretaria de Imprensa e Divulgação
Discurso do Presidente da República

deste país.

Muito obrigado, meus companheiros e companheiras. E boa sorte!